

Relatório Geral do Intercâmbio da Secretaria do CONAPAC à APA da Baleia Franca

INTRODUÇÃO

Este relatório visa apresentar os resultados do intercâmbio para capacitação da Secretaria Executiva, previsto no plano de ação do Conselho Gestor da APA Costa dos Corais para o ano de 2018. A Secretaria foi eleita e seu intercâmbio aprovado na 26ª reunião ordinária do CONAPAC, tendo como membros: Ana Paula (Secretária Executiva), Lucas Araújo (Assessor Técnico), Jéssica Frias (Assessora Técnica), Joabe Gomes (Relator), Fabiano Ribeiro (Relator), além de José Ulisses Santos (Assessor Administrativo, indicado pelo ICMBio), e o destino do intercâmbio foi a APA da Baleia Franca, em Santa Catarina. A atividade foi realizada no período de 18 a 24 de novembro de 2018, incluindo visitas à pontos relevantes na APA, conversa com lideranças da região, participação na eleição do conselho e da reunião do comitê executivo, além de uma trilha guiada para conhecermos as belezas naturais e os principais conflitos enfrentados pela gestão.

VISITAS À PRAIA DO PORTO E LAGOA DA IBIRAQUERA

No primeiro dia, segunda feira 19/11/2018, acompanhados pelo analista ambiental Ronaldo Costa, da APA da Baleia Franca, visitamos pontos relevantes na APA, a começar pela Praia do Porto, localizada na baía onde está o Porto de Imbituba. Ronaldo nos explicou sobre os conflitos da região, como o recorte da área do porto, para retirá-lo dos limites da APA, as interferências da atividade portuária, como a construção de molhes¹, a pressão imobiliária, turística e industrial, que estão ameaçando comunidades tradicionais, com destaque para os descendentes de

¹ Molhe: obra marítima de engenharia hidráulica que consiste numa estrutura costeira semelhante a um muro de pedras, destinado a proteger das vagas do mar as embarcações, podendo dispor de berços para atracação.

² Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Iniciativas de Inclusão Produtiva e Gestão Participativa de Unidades de Conservação dos Ambientes Marinhos e Costeiros do Brasil. Brasília: ICMBio, 2017. 116 p.

açorianos que realizam extração do butiá, espécie endêmica; Já na Praia da Ribanceira, pudemos ver uma ação em que a APA teve sucesso, impedindo a remoção da areia das dunas por uma mineradora. Vimos também um ponto de observação onde os pescadores vigiam a chegada de cardumes de tainha, cuja pesca é emblemática na região, mobilizando toda a comunidade. Na Lagoa da Ibiraquera, Ronaldo nos mostrou uma espécie de régua fluviométrica adaptada, na qual existem duas marcações, mínima e máxima, sendo uma metodologia utilizada na mediação de conflitos para abertura da barra. Foi criado um comitê, formado pelos setores interessados e afetados pela abertura da barra, o qual se reúne quando a altura da água atinge o nível mínimo, a fim de debater sobre quando será feita a abertura da barra. Quando a altura da água atinge o nível máximo, a abertura é compulsória pela Defesa Civil². Na Praia do Luz, Ronaldo nos mostrou um entalhe circular nas rochas chamado de oficina lítica, feito pelos indígenas há milhares de anos.

VISITA E RODA DE CONVERSA COM ENISE ITO E SIMÃO MARRUL

Em seguida, visitamos Enise Ito e Simão Marrul, servidores aposentados do ICMBio e com significativo histórico de atividades pela conservação ambiental e participação social. Tivemos uma conversa muito rica, onde Simão afirma que *“a APA é a rainha das UCs, pois tem todos os desafios humanos para a conservação, por ser uma área aberta.”* Seguimos a conversa passando pela construção do conselho da APA da Baleia Franca, que se deu através da educação ambiental, provocada pelas mobilizações coordenadas por Elizabete (Dete), por meio do levantamento das instituições existentes no território e a capacitação destas em gestão participativa. O foco da capacitação foi a importância da proteção do território, para assim proteger as baleias, pois *“o que é bom para a baleia é bom para a comunidade.”* Simão fez uma provocação para refletirmos sobre o que é uma Unidade de Conservação. Explicou um pouco sobre os modelos atuais de UC, onde a APA é baseada no modelo norte-americano de parques naturais, onde a população pode ter maior proximidade e uso dos recursos naturais; as unidades de proteção integral são baseadas no modelo inglês, no qual as grandes cidades estavam em péssimas condições

ambientais devido ao lançamento de esgotos, poluição industrial, etc. e se mantinha uma área intocada, para o lazer da nobreza; e a RESEX é baseada no modelo comunista, pois a extração do látex nos seringais era feita por trilhas de árvores que se cruzavam na área terrestre, e a constituição brasileira não permitia que a posse da terra fosse compartilhada, Chico Mendes propôs esse modelo de organização, na qual determinado grupo social detém a exclusividade do direito de explorar determinado recurso em determinada área, de forma compartilhada, modelo de organização social incompatível com a nossa constituição democrática capitalista. Simão nos explica ainda que um território é um conjunto de relações sociais para uso de um espaço geográfico, que se estruturam a partir do poder dos grupos sociais em relação ao outro e em relação ao ambiente; quando se cria uma UC, a estrutura de poder passa a ser concentrada na entidade que criou aquela unidade. Ou seja, a UC é um território criado em cima de territórios pré-existentes, e desestrutura as relações sociais que ali haviam, mexendo na estrutura de poder (liberdade de fazer coisas) daquele grupo. O Estado cria ou provoca conflitos. O desafio é como fazer a gestão destes territórios pré-existentes e com o novo território criado. E a gestão ambiental pública é uma estrutura de mediação destes conflitos.

Conversamos também sobre a força dos conselhos, que são independentes do governo e têm que ter noção da sua responsabilidade política, não dependendo do órgão gestor. Para um conselho ser deliberativo de fato, ele precisa ter a delegação expressa do Congresso Nacional, só assim suas normas terão validade de leis. Somente o CONTRAN e o CONAMA são de fato conselhos deliberativos no âmbito federal, pois têm delegação de poder e suas normas têm força de lei. Dizer que um conselho de RESEX ou RDS é deliberativo é uma falácia, pois suas resoluções só têm validade se assinados e publicados pela presidência do órgão, neste sentido afirma não haver diferenças efetivas entre conselhos consultivos e deliberativos de UC. Todo conselho precisa ser: *representativo, autônomo em relação à chefia da unidade e politicamente forte*. A força do conselho está na representatividade das instituições, ou seja, os conselheiros não devem representar a si mesmos, mas sim debater os temas com suas bases e garantir a participação social, pois uma instituição só é forte se ela pensa em conjunto.

REUNIÃO COM EQUIPE GESTORA DA APA DA BALEIA FRANCA

Na terça-feira, 20/11, tivemos uma reunião na sede da APA, a qual teve início com a apresentação dos presentes sobre suas qualificações, trabalho, atividades desenvolvidas e instituições iniciando pelos membros da Secretaria Executiva do CONAPAC e posteriormente os integrantes da equipe da APA da Baleia Franca. Durante a apresentação surgiram dúvidas sobre a influência e participação do conselho e da própria APACC sobre ações e problemas que acontecem na área de influência já que estão fora da UC: agrotóxicos das usinas de cana-de-açúcar, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, poluição hídrica causada pelo lançamento de efluentes pela COMPESA e CASAL e os espaços onde essa discussão acontece.

O analista ambiental do ICMBio e assessor administrativo da secretaria executiva do CONAPAC, José Ulisses iniciou a apresentação falando sobre o arranjo de gestão territorial adotado pelo Núcleo de Gestão Integrada – NGI que une a REBIO Saltinho e a APA Costa dos Corais. Surgiram perguntas sobre a estrutura das UCs que foram esclarecidas. Seguiu-se com a apresentação sobre a REBIO Saltinho: área, mapa e características. Posteriormente apresentou-se a APACC: ano de criação, área, características, limites. Ressaltou-se a questão da linha de preamar média que foi adotada como limite no decreto de criação da APACC, que com a homologação recente incluiu-se pequenas áreas continentais antes não consideradas como parte da APA e dificuldade de exatidão também sobre o limite da plataforma continental. Mostrou-se também o zoneamento da UC. Os objetivos da APACC também foram abordados, juntamente com a missão e visão de futuro. Salientou a forma participativa com que o zoneamento costeiro e marinho deve ser implantado, os conflitos e dificuldades decorrentes disso, bem como a falta de reconhecimento da população dessas zonas, consequente da falta de conhecimento da própria APACC e do ICMBio pela maior parte da população da área de abrangência. Foi apresentado também o organograma do NGI que surgiu quando da formação do núcleo, com foco no setor de Gestão Socioambiental. O analista ambiental da APABF, Ronaldo, fez perguntas quanto ao modelo de uso público. Foi explanado pelo analista José Ulisses todo processo de

autorização e funcionamento das zonas de visitação. Ronaldo também apresentou dúvida sobre a questão da união das duas unidades através do NGI sendo uma de proteção integral e outra de uso sustentável. Ulisses explicou o processo recente a partir da criação em 2016, porém todos estavam focados na atualização do plano de manejo da APACC e só recentemente começaram a pensar em ações na REBIO com o projeto das trilhas interpretativas, reativação do conselho, revitalização da estrutura da sede da REBIO, além da manutenção da brigada. Depois foi abordado sobre os recursos advindos do GEF-Mar em relação a utilização dos recursos na REBIO. Seguiu-se abordando o trabalho de acompanhamento dos COMDEMAS e a criação do GT COMDEMAS que levantou um panorama da situação atual dos COMDEMAS na APACC e elaborou o guia que será lançado na próxima reunião do conselho. Prosseguiu-se com o resumo da história do conselho: criação, eleição, mandatos, média de reuniões, quórum e de participantes por reunião, disponibilidade de transporte para os conselheiros e formato de caronas facilitando a participação dos conselheiros em vista do tamanho do conselho e da unidade. Falou-se sobre a dificuldade de renovação que era realizada nos anos pares e, portanto, ano eleitoral, o que dificultava as prefeituras e órgãos dos governos estaduais em participar do CONAPAC. Listou os setores que compõem o conselho. Na última distribuição utilizando o modelo novo verificou-se mais representação do setor público e instituições de pesquisa e um enfraquecimento das organizações comunitárias no segmento da sociedade civil, o que tornou o conselho bastante conservador do ponto de vista ambiental. Foram exemplificados diversos casos a esse respeito. Outro ponto abordado foi a intenção de criação do sistema de portal único de voucher onde uma empresa concessionária irá administrar a venda dos bilhetes de visitação sistematizado através de um site na internet e instalação de 04 pontos físicos. Foram discutidas questões quanto ao ordenamento da visitação nas piscinas naturais e o papel dos monitores e dificuldades decorrentes desse processo. Também foi levantada discussão acerca de todo processo para realização de pesquisas na APACC envolvendo o SISBIO e pareceres dos diversos órgãos envolvidos em áreas de sobreposição de UCs de diferentes esferas do poder público.

Foi feita uma apresentação da revisão do Plano de Manejo: reuniões e oficinas setoriais, reuniões internas, oficina de elaboração do plano e respectivas participações. Exemplos de mapas das zonas de uso a partir do levantamento de dados. Nomenclatura das áreas (zonas). Pincelou-se rapidamente ações de comunicação e abordou as ações implementadas na qualificação dos condutores. Trabalho de fortalecimento do setor da pesca: seminários da pesca, censo estrutural da pesca com 20 coletores de dados, discussão dos sítios de aprendizagem junto ao TerraMar, fortalecimento de grupos sociais: jovens e mulheres, defesa do território pesqueiro: TAUS e acessos.

Atendendo a questionamentos dos analistas da APABF, Ulisses explicou sobre o Fundo de perpetuidade da Fundação Toyota, que repassa para a SOS Mata Atlântica 1 milhão por ano, cuja metade é executada e outra vai para o fundo. Existem dois projetos já financiados independente de indicação da unidade que são Monitoramento da Zona de Preservação de Tamandaré (Instituto Recifes Costeiros e UFPE) e Maravilhosos Manguezais do Brasil (Instituto BiomaBrasil). Tratou-se de vários projetos financiados com recursos do projeto Toyota APA Costa dos Corais. Devem ser utilizados exclusivamente para atividades finalísticas e foi explicado todo processo de escolha das instituições e projetos parceiros na APACC para destinação de parte dos recursos.

Esclarecidas todas as dúvidas e pelo adiantado da hora todos seguiram para o almoço, combinado de retornar logo após para apresentação da APABF.

À tarde a reunião seguiu com o chefe da APABF, Cecil Roberto de Maya Brotherhood de Barros, que fez uma apresentação da UC. Criada em 2000, tem 130 Km de costa, abrangendo 9 municípios. Parte norte só marinha, parte central marinha e continental (lagoas, dunas) e sul marinha e continental. Várias enseadas onde as baleias se reproduzem. Largura média de 3 a 5 milhas náuticas. O Projeto Baleia Franca subsidiou a criação da APA.

Missão: Promover, de forma participativa, ações de conservação do patrimônio natural e cultural da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

A APABF surgiu com Objetivos de:

1. *Proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral – Eubalaena australis;*
2. *Ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região;*
3. *Ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas;*
4. *Ordenar o uso turístico e recreativo;*
5. *Ordenar as atividades de pesquisa;*
6. *Ordenar o tráfego local de embarcações e aeronaves.*

Ou seja, o que iniciou com a ideia de só proteger a baleia franca, depois trouxe vários outros objetivos.

A primeira chefe da APABF, Maria Elizabete estruturou a UC em 3 pilares:

Gestão participativa: exercer eficiente gestão com envolvimento da comunidade. Nesse sentido o analista Simão Marrul e sua esposa Enise Ito deram grande contribuição, principalmente quanto à formação do conselho. Desde o início tudo passa pelo conselho.

Proteção da baleia franca: aumento da população de baleias e casos de encalhe. Criação do protocolo de encalhes e enredamentos de grandes cetáceos – “Defesa civil da baleia” composto pelo ICMBio, PMAmb, Bombeiros, Polícia Federal, Marinha, UNESCO, UDESC, R3 Animal, Projeto Baleia Franca + Prefeituras. O Protocolo é um plano de contingência que diz qual a competência de cada órgão e demais procedimentos.

Começa a ter aumento de enredamento. Caso recente com jubarte e 3 casos com franca este ano. Falou-se também do ordenamento e controle do TOBE – Turismo de Observação de Baleias Embarcado. Foi proibido pela justiça por molestamento e será retomado próximo ano com a liberação da justiça, com controles.

Presença no território: controle de usos e ocupações irregulares sobre áreas de dunas, restingas, entorno de lagoas, topos de morro, áreas de vegetação nativa. Controle sobre atividade portuária em Imbituba, ordenamento de abertura artificial de barras de lagoas, fortalecimento da pesca artesanal e licenciamento ambiental.

A justiça moveu ação obrigando a criação do plano de manejo e dedicação de, no mínimo, 4 fiscais na APABF. O ponto positivo é que toda comunidade

conhece a APABF, pode confundir com Projeto Baleia Franca, mas sabe que existe uma área que é protegida, seja para o bem ou para o mal. Então a APA começa a trabalhar o plano de manejo nessa realidade.

Características da APABF:

- Complexos lagunares (mais de 300), dunas, várias enseadas ao norte e área central e praia em linha reta a partir do Faro de Santa Marta até o limite sul;
- Sambaquis - formações constituídas, principalmente, de conchas de moluscos, formadas ao longo de milhares de anos pelas populações que habitavam regiões litorâneas. Essas conchas eram descartadas após o consumo dos moluscos, formando imensas montanhas.
- Promontórios – morros que avançam para o mar;

A equipe da APA continuou explicando sobre a formação dos comitês para abertura de barra das lagoas. A iniciativa foi incluída no Livro de Boas Práticas do ICMBio. Foi possível fazer um link com problemáticas parecidas que acontecem na APACC, onde pode-se aplicar a ideia, a exemplo da aberta da barra na foz do Rio Una, entre Barreiros e São José da Coroa Grande.

A APABF acabou de encerrar o processo de revisão do Plano de Manejo. Em agosto de 2016 realizou a 1ª OPP. De agosto de 2016 a março de 2018 foram realizadas 26 oficinas setoriais, sendo 13 com o setor de pesca artesanal, 01 com ONGs, 01 com o setor de indústria, comércio e mineração, 01 com agricultura familiar e arroteiros, 04 com a pesca industrial, 01 com esporte, 01 com turismo, 01 com setor público e 01 com o setor imobiliário. Entre fevereiro e março de 2018 realizou-se oficinas intersetorial e intrasetorial e em agosto de 2018 a 2ª OPP. A Plenária Final aconteceu entre setembro e outubro de 2018.

O Conselho da APA Baleia Franca – CONAPABF é composto por 3 setores, sendo tripartite e com maior força da sociedade civil: Setor Governamental, Setor dos Usuários dos Recursos e Setor das ONGs ambientalistas. Possui 05 câmaras técnicas. Tem processo eleitoral bianual. Cada entidade tem um assento completo, com titular e suplente. Abre edital e todos os

interessados mandam os documentos e a comissão eleitoral eleita pelo conselho analisa os documentos de acordo com os critérios do edital. São distribuídas 14 vagas para cada setor, sendo que o governamental elege 13, pois uma vaga é obrigatoriamente do ICMBio. Governo e ONGs não tem problemas por serem poucos. Já o setor de usuários tem entre 40-50 entidades disputando e lutando para ocupar uma vaga. Cada grupo é dividido em subgrupos que votarão em candidatos dos outros grupos seguindo critérios norteadores. No CONAPABF, até 15 dias antes da convocação os conselhos têm prazo regimental para apresentar proposta de pauta.

À tarde, visitamos o Instituto Australis/Projeto Baleia Franca, que realiza pesquisas sobre as baleias, fornecendo dados para a gestão e a definição de políticas públicas de conservação. As baleias franca são identificadas pelo desenho formado pelas calosidades em suas cabeças, as quais são colonizadas por piolhos de baleia e formam padrões únicos para cada indivíduo. A representante do Instituto, Karina Goch, nos explica que esse ano foi recorde em quantidade de indivíduos avistados, cerca de 300 baleias, e que nos anos anteriores o número chegava a 80, no máximo. Os pesquisadores ainda não sabem precisar a razão desta mudança, mas a teoria que vem sendo pesquisada está relacionada ao aumento da população de krill, alimento principal das baleias. As baleias são identificadas como fêmeas quando estão na presença do filhote, pois vêm às praias para ter os bebês, e os machos só têm seu gênero identificado após várias avistagens sem filhote, sendo pouco presentes na área, que é de maternidade.

VISITA GUIADA: TRILHA DO ROSA/LUZ

Na manhã do dia 22/11, realizamos a trilha Rosa/Luz, com as condutoras Claudete e Alice, do Coletivo Taiá Terra. Iniciamos o percurso pela Praia do Rosa, enseada de areias brancas localizada no bairro de Ibraquera, do município de Imbituba. As condutoras explicaram que antigamente a população via o mar como local de trabalho, tendo muito respeito por ele,

por isto não se banhavam e a maioria não sabe nadar. As mulheres tomavam banho numa piscina natural, que se forma ao pé do morro. Continuamos a trilha com a visita a um rancho de pesca, onde pudemos conversar com o senhor Anastácio, que tem 87 anos e é descendente dos primeiros pescadores a trabalhar na região, sendo um dos primeiros a construir um rancho.

O senhor Anastácio começa seu relato comentando sobre a atividade de pesca, para a qual é preciso estar sempre armado (pronto para pegar o peixe), “porque em dois segundos o peixe passa e você perdeu.” Conta que tem a saúde ótima, vai ao rancho todos os dias, dorme as 21h, “depois do Jornal Nacional”, e acorda as 2h. Em suas palavras, afirma que tem engolido sapos e vem sendo massacrado pelas autoridades (governo), pois vive da pesca e da agricultura. Explica-nos sobre o engenho de farinha, que é um criadouro onde se mantém galinha, porco, boi, terra e que dá alimento, sendo sustento para ele e para os animais. “Se o pescador deixa de cuidar da terra, o mato e os espertos tomam conta.” Afirma que os políticos cortaram o meio de vida deles, referindo-se as desapropriações ocorridas ao longo dos anos, impulsionadas por pressões sociais, especialmente imobiliária e turística, cuja transferência da posse da terra toma por base legal a ausência de escrituração das áreas usadas pelos pescadores. Faz um desabafo sobre os políticos, que não aceitam ouvir críticas e reclamações da população, e afirma que gosta de ouvir os erros, pois aprende muito mais com eles. Diz ainda que o turismo enfraqueceu os nativos, pois trocaram a terra por dinheiro, carro, etc. levando à perda da capacidade de sustento provida pelo engenho de farinha associado à atividade pesqueira. Conta como se deu o processo de evolução do turismo, sob sua ótica, tendo se iniciado com a chegada da São Cristóvão, primeira empresa de ônibus na região, durante a década de 40, trazendo consigo os gaúchos. Ao ser questionado sobre a época boa para a pesca, recorda que era no período de novembro e dezembro, e hoje, depois do turismo, a pesca só é boa em abril, época da tainha. A pesca da tainha começa em 1º de maio e vai até 15 de junho, dependendo da natureza. Quando perguntamos como anda a produtividade da pesca, ele afirma que nos últimos três anos tem sido boa, e que conseguiram derrubar uma portaria que prejudicava o pescador artesanal e favorecia o industrial. Conta que o rancho tem 24 homens que

o ajudam, mais a comunidade toda no arrasto da tainha, lembrando de uma pesca em que uma das condutoras participou, na qual conseguiram 18 toneladas de peixe, e este foi um dia ruim. Seu Anastácio conta também que as vezes os peixes fazem um redemoinho, que fica difícil de puxar. Sobre as canoas, conta que são feitas de um pau só, pinheiro, e que são da década de 40. Fora da época da tainha, costuma pescar anchova e outras espécies de peixes, e que a pesca com tarrafa é só para comer, pois “não dá para vestir camisa” (se sustentar). Sobre a cultura popular, seu Anastácio fala a respeito do Tibiriçá, que “era como se fosse várias pessoas ao mesmo tempo, médico, cientista... tinha todo o conhecimento, dizia o tempo, a fruta que podia comer, ensinava as coisas às pessoas.” O tempo era previsto a partir da análise do ninho do João de Barro: a porta ficava sempre virada para o lado oposto ao que viriam as tempestades. Seu Anastácio comentou também sobre a modernização da pesca, e conta que quando apareceu o motor experimentou apenas uma vez e tirou logo, pois viu que é um destruidor da pesca; não caça de tiro, pois com a espingarda mata um só peixe e espanta os outros, por isso diz que o motor é uma arma, devido ao barulho que espanta os peixes. Voltando a falar sobre o engenho de farinha, Seu Anastácio conta que conversa com as plantas, porque assim elas dão fruto mais rápido. Diz que “o cuidado faz tudo”. Sobre a manutenção do rancho pelas gerações, conta que cada rancho pertence a uma família, mas eles trabalham juntos. O filho mais velho assume o rancho, mas ele acredita que o seu filho não vai tocar a atividade, e que quando se for o rancho vai se acabar. Afirma que, na sociedade, falta educação em casa, e na casa dele, quando ele está é ele quem educa. Faz um desabafo, que “o nosso mar se tornou um lugar de botar lixo. Hoje, ele (mar) tem feito coisas que não dá para acreditar”. Conta as alterações que percebeu na atividade marinha nos últimos anos, pois ele já não engrossa todo, o vento não se mantém e o peixe também sofre. Diz que “ainda vamos ver o peixe com couro igual ao do boi, se não ele não vai sobreviver. As baleias também estão sofrendo, elas agora estão vindo em bando, pois sozinha é perigoso. A maternidade delas é no Rosa, e ela fica berrando à noite. Se ela se enrosca numa rede de pesca, nunca mais ela volta naquele lugar.” Afirma que as baleias começam a chegar em junho, pelo mar de fora, pois o som judia muito dos peixes, e ela espera passar o barulho dos barcos das tainhas. Ainda conversamos um

pouco sobre a opinião dele a respeito das oficinas líticas, que nada mais são que as “pedras das dedadas” onde os antigos namoravam; nos despedimos e continuamos a trilha.

As condutoras nos levam para contornar o morro, passando por oficinas líticas, uma delas conhecida como “Pedra da Dedada”, nas quais pudemos observar as marcas deixadas pelos indígenas nas rochas há milhares de anos. Acredita-se que as marcas foram feitas ao afiar as ferramentas. Nesta mesma paisagem, ao lado esquerdo, encontram-se os ranchos de pesca, construídos há mais de 100 anos, e mais ao fundo, para a direita, podemos ver as casas mais modernas, reflexo da ocupação humana a partir da década de 70.

Seguimos através do promontório² de propriedade do senhor conhecido como Uda. Explicam que uma das principais pressões da área se iniciou com a reforma agrária na década de 60, onde as terras foram doadas ou vendidas para pessoas que não viviam dela. As terras do Uda possuem um caminho de pedras para passagem de carros, e as condutoras contam que ele mantém o caminho à espera de uma oportunidade para começar a construir na área do topo do morro.

Claudete nos explica um pouco sobre a geologia do promontório, que apresenta diferentes tipos de rocha, algumas formadas há milhões de anos, que registram o período de separação dos continentes, e outras mais recentes. Ao longo da trilha, nos apresentaram diversas plantas medicinais e contam que há tentativas de manter as populações tradicionais na terra, como uma feira de troca de mandiocas entre pequenos produtores dos engenhos de farinha, com os quais há trabalhos para adequação dos produtos aos padrões sanitários exigidos para comercialização.

Chegando à praia do Luz, as condutoras explicam que durante a temporada a faixa de areia fica completamente tomada por carros e as atividades que vem junto com eles, como paredões de som, bebida, etc. Houve a implantação de uma lei municipal recentemente proibindo a passagem de

² Promontório: morro que se estende para dentro do mar.

carros na faixa de areia, mas elas estão temerosas sobre como a prefeitura garantirá o cumprimento da normativa.

Da praia do Luz seguimos para o Caminho do Rei, que foi construído com o objetivo de dar passagem ao rei no período colonial, e que hoje está ameaçado devido ao loteamento das terras, e cada proprietário fecha seu lote, impedindo a passagem dos visitantes.

Chegando a uma área de dunas, as condutoras contam uma curiosidade: naquela área foi enterrado o corpo da primeira criança a morrer afogada na praia do Rosa, pois era de família humilde, que habitava a região, e não havia como ir para o cemitério.

Passamos por um trecho com diversas espécies invasoras, e as condutoras explicam que têm muita dificuldade de explicar para a população que nem toda planta é benéfica, e que a conscientização leva bastante tempo.

Passando por uma nascente, as condutoras nos ensinam a fazer um “copo ecológico”, a partir da dobradura de uma folha. Nos mostram também áreas onde ficavam as antigas moradas dos habitantes da região.

Encerramos a trilha voltando para a praia do Rosa, após ter contornado o morro.

CONSELHO GESTOR

Fazendo um breve histórico sobre o conselho, aprendemos que sua criação se deu a partir da necessidade de implantação do plano de manejo da UC no ano de 2002, e sua gestora na época, Maria Elisabete (Dete), percebeu que primeiro teria que criar um conselho para aprovação do Plano de manejo. Dete não queria criar um conselho como os outros, onde os chefes das UCs entregavam uma carta convite as instituições e os interessados simplesmente formavam o conselho. A partir daí, foi montado um grupo de trabalho formado pela equipe técnica da APA da Baleia Franca (Dete, Patrícia e Marcos) e pelo Núcleo de Educação Ambiental – NEA, do IBAMA, em conjunto com o Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento – NMD, da UFSC, o Fórum da Agenda 21 de Ibiraguera e a Fundação Gaia. Este GT

coordenou o processo de criação do conselho: fizeram um levantamento e cadastraram 140 instituições existentes no território, construíram um plano pedagógico que envolvia processos de gestão em educação ambiental, e realizaram uma ação de educação ambiental com um objetivo definido: promover a gestão participativa.

Em 2005, as 140 instituições foram convidadas, mas apenas cerca de 65 participaram da capacitação em “Gestão participativa em unidades de conservação”, que durou três dias. Os participantes se tornaram multiplicadores, e os moradores da UC passaram a saber da importância de participar do processo de formação do conselho, não sendo a existência deste uma mera legalidade como exigia o SNUC, mas uma maneira de fortalecimento da gestão participativa dentro da unidade. Por acreditarem em uma cidadania ambiental, para eles era um mecanismo de trazer a sociedade para dentro da unidade. Após este processo, foi perguntado ao grupo quem gostaria de participar da formação do conselho, e 40 instituições quiseram fazer parte; portanto, assim foi criado o CONAPABF, legalmente instituído através da portaria nº 48, de 22 de junho de 2006, depois de um grande processo de mobilização social. Dessa forma, o CONAPABF tem um diferencial com relação aos outros conselhos gestores: ele não nasceu com conselheiros necessitando de capacitação, mas sim, seus conselheiros foram capacitados para poder fazer parte de sua criação e composição. Seu processo de criação tornou-se referência nacional na Gestão Participativa de Unidades de Conservação, reconhecido pelo IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O papel do CONAPABF:

- Ampliar diálogos e fortalecer os agentes sociais envolvidos na gestão dos problemas e conflitos da UC;
- Proporcionar um espaço organizado que reúna os diferentes atores sociais com suas distintas posições e interesses;
- Promover o debate e a troca de conhecimento e de saberes atuando como mediador e visando um resultado: proposições de políticas públicas que promovam o desenvolvimento do território da APA BF;

- Reconhecer e entender os problemas, conflitos e potencialidades da APA BF e idealizar as alternativas de desenvolvimento possíveis para a resolução destes problemas/conflitos;
- Articular os atores em rede com vistas a compartilhar a gestão ambiental deste território;
- Definir metas e prioridades para as ações de gestão do território da APA BF.

A estrutura do CONAPABF compõe-se de Plenária, Presidência, Comitê Executivo, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas. Estas últimas são instâncias encarregadas de desenvolver, examinar e relatar à Plenária as matérias de sua competência. Atualmente 05 Câmaras Técnicas fazem parte do CONAPABF, de acordo com seu regimento interno:

I – Conservação da Baleia Franca;

II – Gestão da Biodiversidade;

III – Gestão Territorial;

IV – Proteção e Monitoramento;

V – Atividades Econômicas Sustentáveis. (CONAPABF, 2018)

Processo da Eleição.

No CONAPABF não é marcada uma reunião ordinária para eleição do conselho, eles determinam um dia exclusivo para a eleição. Eles também formam uma comissão eleitoral entre os conselheiros para resolver o processo da eleição, cujas etapas são detalhadas a seguir.

1. Divulgação do 2º edital de eleição: 11/10/2018;
2. Período para cadastramento de instituições interessadas: 15/10/2018 a 30/10/2018 (protocolado diretamente na sede da APABF ou por Correios: vale data da postagem);
3. Homologação do deferimento e indeferimento das instituições interessadas: 07/11/2018;
4. Período para recursos das homologações indeferidas: 08/11/2018 a 13/11/2018;

5. Comunica decisão sobre os recursos e convocação para a eleição: 16/11/2018;

A eleição, que ocorreu na sede do Projeto Ambiental Gaia Village, em Garopaba/SC, oportunizou que cada setor elegeesse seus representantes.

Acompanhamos a eleição dos membros do conselho gestor da APABF ocorrida na quinta-feira, 23/11, de acordo com a seguinte metodologia, disponibilizada para os participantes pela APABF:

A – CRITÉRIOS NORTEADORES

- *Considerando que, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9985/2000, e o Decreto que a regulamenta – Decreto 4340/2002, assim como o Regimento Interno do CONAPABF, o mandato dos conselheiros é de dois anos;*
- *Considerando os objetivos de criação da APA da Baleia Franca dispostos no decreto de criação de 14 de setembro de 2000;*
- *Considerando a importância de continuidade dos processos de fortalecimento da gestão participativa da APA da Baleia Franca;*
- *Considerando que os processos eletivos anteriores (2005, 2008, 2012, 2014 e 2016) tiveram como premissa o respeito a critérios norteadores construídos coletivamente;*

O comitê eleitoral valida os parâmetros abaixo, para que o atual processo eleitoral considere:

- 1. A representatividade regional dos três polos (regiões norte, central e sul da APABF);*
- 2. A participação de entidades que representam os diferentes usos dos recursos e os diversos interesses na gestão da APABF;*
- 3. A abrangência tanto de instituições transpolares (que tem atuação em dois ou mais polos) quanto de instituições locais (que atuam especificamente em uma região ou polo);*
- 4. As instituições que representam as populações tradicionais e as que desempenham atividades voltadas à conservação e uso sustentável dos recursos (por estarem entre os objetivos de criação da APA);*

5. *O histórico de participação ativa da instituição no CONSELHO e suas instâncias: Comitê Executivo, Comitê Eleitoral, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho.*

B – PROCEDIMENTOS PARA AS ELEIÇÕES

- I. Apresentar e tirar dúvidas sobre os critérios norteadores e procedimentos para as eleições;*
- II. Dividir os participantes por setores (Público, ONGs e Usuários dos recursos) e indicar os locais para se reunirem;*
- III. Minuto eleitoral – cada instituição terá de 1 a 3 minutos (tempo a ser acordado no grupo) para se apresentar: qual é a minha instituição? O que faz? Por que participar do Conselho da APABF?*
- IV. ELEIÇÕES – ETAPA 1:*
 - Dividir as instituições participantes em grupos de 5 a 6 instituições cada;*
 - Cada grupo escolhe um moderador (de preferência que já tenha experiência anterior de eleições deste Conselho e cujo papel será: regular tempo de falas, lembrar critérios norteadores);*
 - Distribuir cartolinas para o Moderador de cada grupo (idêntico número de pessoas);*
 - Cada grupo tem direito a n votos de acordo com o n do seu grupo;*
 - Somente pode votar em instituições que não estiverem presentes em seu grupo;*
 - Escrever um voto por cartolina;*
 - É proibido votar duas vezes na mesma instituição;*
 - Serão eleitas as instituições que obtiverem (n-1) votos, sendo n = número de grupos.*
- V. ELEIÇÕES – ETAPA 2:*
 - Nesta etapa as instituições eleitas não recebem mais votos, mas continuam podendo votar;*
 - Permanecem os mesmos grupos anteriores;*

- *Distribuir novas cartolinas para o moderador de cada grupo;*
- *Cada grupo tem direito ao número de votos correspondente ao número de integrantes;*
- *Somente pode votar em instituições que não estiverem presentes em seu grupo;*
- *Escrever um voto por cartolina;*
- *É proibido votar duas vezes na mesma instituição;*
- *Serão eleitas as instituições que obtiverem (n-1) votos, sendo n = número de grupos.*

VI. ELEIÇÕES – ETAPAS SEGUINTEs:

- *Se forem necessárias mais etapas, repete-se o procedimento da etapa 2, até que sejam eleitas as 14 conselheiras para o setor, ou que a plenária do setor entre em consenso sobre a escolha das conselheiras, EXCETO setor público, que deverá eleger 13 representantes (APABF tem cadeira cativa).*
- *Caso não seja possível o consenso na última etapa, fica decidido que haverá votação individual e secreta, sendo que cada eleitor votará em UM candidato. Os mais votados preenchem as vagas finais.*
- *Se após votação individual permanecer o empate para uma última vaga, o desempate ocorrerá por sorteio simples.*

Conforme o exposto, as instituições foram separadas por setores, seguindo cada uma para um local distinto. Para o setor de ONGs, haviam somente 14 candidatas, portando o processo resumiu-se a apresentação de cada instituição e consenso de que estavam todas eleitas. Para o setor público, havia uma instituição a mais, portanto foi realizada uma rodada completa do processo eleitoral (apresentações e eleição), tendo havido empate entre duas instituições para a última vaga e aquela que não havia sido votada, abdicou. No Setor de Usuários dos Recursos haviam 27 candidatas aptas, os conselheiros não foram escolhidos por afinidades, e sim de forma aleatória para formação dos grupos, formando assim 3 grupos de 5 e 2 de 6 totalizando os 27. Cada instituição se apresentou à plenária, e explicou

porque deveriam fazer parte daquele conselho, e o processo de votação se deu de acordo com os critérios estabelecidos.

Assim, foram escolhidas:

No Setor Governamental: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC/ EPAGRI; Instituto de Meio Ambiente do Estado de SC/ IMA; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de SC/ IFSC – Campus Garopaba; Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN; Polícia Militar Ambiental/4a CIA; Prefeitura Municipal de Laguna; Prefeitura Municipal de Garopaba; Prefeitura Municipal de Imbituba; Fundação Lagunense de Meio Ambiente/FLAMA; SC Parcerias / Porto de Imbituba; Secretaria do Patrimônio da União/ SPU; Universidade do Estado de SC/ UDESC e Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. O ICMBio/ APA da Baleia Franca, como órgão gestor da Unidade de Conservação, possui cadeira cativa no Conselho.

No Setor de Usuários dos Recursos: Associação Empresarial de Garopaba/ ACIG; Associação Empresarial de Laguna/ACIL; Associação Empresarial de Imbituba/ACIM; Sindilojas Laguna; Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados/AMOPRAN; Associação de Moradores da Praia da Guarda do Embaú; Associação de Pescadores da Comunidade da Ibiraquera/ ASPECI; Associação de Surf da Praia da Guarda do Embaú; Conselho Comunitário da Ibiraquera/CCI; Caipora Cooperativa para Conservação da Natureza; Rádio Comunitária Pinheira; ACORDI; Plataforma de Pesca do Rincão e Universidade do Sul Catarinense/UNISUL.

No Setor de ONGs Ambientalistas: Instituto Australis; Associação Barra Limpa; Instituto Tabuleiro; Pró-CREP; R3 Animal; Instituto Boto Flipper; Instituto Ekko Brasil; Ferrugem Viva; FloripAmanhã; Fórum da Agenda 21; Fundação Gaia; Instituto Baleia Franca; Instituto Mangue Vivo e Associação Entremares.

Ao final do processo eleitoral, Cecil Maya de Barros, Chefe da APABF parabenizou os eleitos e relembrou os compromissos dos Conselheiros com a cogestão do território, especialmente com a implantação do Plano de Manejo da Unidade, em processo de aprovação.

Após a eleição, as instituições são liberadas e a Plenária de Posse dos Conselheiros eleitos acontecerá em 06 de dezembro, no Gaia Village, das 8h30min às 18h00min.

Logo após a posse, os conselheiros fazem a eleição de renovação das cinco câmaras técnicas, escolhendo sete membros, sendo titular ou suplente de cada instituição conselheira. Cada instituição só pode fazer parte de duas câmaras técnicas. As mais concorridas são: ordenamento territorial e conservação da baleia, chegando a haver brigas pelas vagas. Após aprovados os membros das câmaras, os conselheiros divulgam quem serão os coordenadores e relatores das câmaras técnicas.

Ao longo dos trabalhos da câmara técnica, A APA dispõe de um ponto focal da equipe, de acordo com o perfil de cada um, participando das reuniões, subsidiando com documentos, materiais e etc.

Neste mesmo dia, no período da tarde, acompanhamos uma reunião do conselho executivo, que é composto pela secretaria executiva e o chefe da unidade. A secretaria é composta por um membro indicado por cada setor, totalizando 3 pessoas, sendo a secretária executiva a representante das ONGs ambientalistas, Sandra Severo, representante do Projeto Gaia Village.

O comitê se reúne até quinze dias antes da reunião do Conselho para fechar a pauta e planejar a reunião. A pauta tem seções fixas:

- Espaço administrativo: prestação de contas;
- Capacitação;
- Tomadas de decisão: demandas de CTs (são cinco) e GTs;
- Pautas das instituições conselheiras;
- Informes gerais.

O conselho possui ainda a figura dos conselheiros honorários, que são indicados devido a participação e contribuição nas atividades da APA. Não há definição de duração de mandato e quantidade de conselheiros honorários no regimento, e estes não possuem direito a voto, só a voz.

O CONAPABF possui um código e uma comissão de ética, mas que até hoje nunca foi formada, e a necessidade de sua ativação foi proposta a partir do comportamento de algumas instituições eleitas para o conselho que têm judicializado ações contra a efetivação do plano de manejo da unidade.

A cada eleição, o comitê entrega para os conselheiros empossados um “kit conselheiro”, composto por regimento interno, cartilha do conselheiro e fluxograma de funcionamento do conselho.

APRENDIZADOS

Ao longo da visita, pudemos perceber que:

- Os conflitos são similares para as duas APAs, centrados nas pressões humanas pela ocupação do território com fins que divergem dos objetivos da unidade;
- A existência de áreas terrestres e marinhas dentro do território da APA potencializa a intensidade de conflitos;
- A participação social é indispensável para o efetivo funcionamento da unidade;
- A participação no conselho deve ser conquistada pelas instituições que a pleiteiam, a fim de que possam compreender a importância e contribuir efetivamente com as atividades do conselho;
- A eleição do conselho deve utilizar critérios robustos, evitando o monopólio de determinado setor;
- A secretaria do conselho deve ser independente da gestão da unidade, garantindo a autonomia da instância consultiva e a participação social;
- A divisão da reunião do conselho em blocos otimiza o tempo e participação dos conselheiros;
- A gestão da APA precisa apoiar os movimentos sociais e comunidades tradicionais existentes na unidade, porém jamais deve tomar a frente das lutas de cada representação, as quais devem ser independentes e ter autonomia de buscar seus interesses.

PROPOSTAS

Dadas todas as vivências, a secretaria propõe, ao CONAPAC e à gestão da APA:

- Formação do comitê executivo da APA Costa dos Corais;
- Reunião do comitê até 15 dias antes das reuniões do CONAPAC;
- Revisão do regimento interno, dando mais autonomia à secretaria e criando uma comissão de ética;
- Revisão do processo eleitoral para ocupação dos assentos do CONAPAC, tornando-o mais criterioso e robusto;
- Capacitação de conselheiros para construção de um código de ética do conselho.